

Entre fios e agulhas: o trabalho de mulheres na produção têxtil em Itabira do Mato Dentro e seu Termo, 1808-1850

Between threads and needles: the work of women in textile production in Itabira do Mato Dentro and its Term, 1808–1850

Letícia Rosa Santos
Graduada em História
Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP)
leticia.rosa@aluno.ufop.edu.br

Recebido: 06/06/2025

Aprovado: 04/10/2025

Resumo: O artigo aborda os trabalhos amplamente desenvolvidos por mulheres livres na produção têxtil e de vestimenta em Itabira do Mato Dentro e seu termo, durante a primeira metade do século XIX, 1808-1850. O objetivo é evidenciar a importância econômica e social dessas ocupações, que integram o processo de reordenamento econômico da província mineira ao longo do século XIX, ao pensar a realidade específica de Itabira e também buscar a compreensão do universo prático dessas mulheres, por meio de suas relações laborais e sociais. Para tanto, foram realizadas a investigação e as análises quantitativa e qualitativa das listas nominativas de população de 1832 e 1840, além de um conjunto documental de origem cartorária, sobretudo inventários post-mortem. Os resultados demonstram que a produção domiciliar têxtil foi largamente difundida na região em questão, que contava com uma maioria de trabalhadoras pardas e livres, as quais devem ser reconhecidas como agentes econômicas, a despeito de seu lugar marginal em uma sociedade escravista e tipicamente hierarquizada.

Palavras-chave: Trabalho livre; Mulheres; Produção domiciliar têxtil.

Abstract: This article addresses the work widely developed by free women in textile and clothing production in Itabira do Mato Dentro and its term, during the first half of the nineteenth century, 1808-1850. The objective is to highlight the economic and social importance of these occupations, which are part of the process of economic reorganization of the province of Minas Gerais throughout the nineteenth century, by thinking about the specific reality of Itabira and also seeking to understand the practical universe of these women, through their work and social relationships. To this end, quantitative and qualitative investigation and analysis of the nominative population lists from 1832 and 1840 were carried out, in addition to a set of documents of notary origin, especially post-mortem inventories. The results show that home textile production was widely spread in the region in question, which had a majority of brown and free workers, which must be recognized as economic agents, despite their marginal place in a slave and typically hierarchical society.

Keywords: Free labor; Women; Domestic textile production.

Introdução

Esse texto aborda o trabalho feminino, sobretudo o livre, na produção têxtil mineira da primeira metade do século XIX, com foco na Vila de Itabira do Mato Dentro e seu termo, onde, de modo semelhante às demais regiões da província de Minas Gerais, predominou a produção artesanal domiciliar¹. As técnicas de confecção de fios, tecidos e vestimentas eram de domínio feminino, e a transmissão desses saberes ocorria por meio do “aprender fazendo” (SENNETT, 2009, p. 112). Neste estudo, busca-se evidenciar a importância social e econômica dessas trabalhadoras, que tiveram papel significativo no reordenamento econômico mineiro oitocentista, além de contribuir para uma vertente historiográfica que analisa a história social do trabalho sob um recorte de gênero.

A análise deste artigo baseia-se principalmente nas listas nominativas de população de 1832 e 1840, referentes à região de Itabira, em perspectiva comparativa. Essas listas, consideradas um dos censos demográficos e socioeconômicos mais vastos e completos do período pré-censitário brasileiro (GODOY; PAIVA, 2010, p. 162), tiveram origem no ofício do Governo Provincial de 25 de agosto de 1831, enviado aos juízes de paz de todos os distritos mineiros. Dos 420 distritos existentes, restaram cerca de 234 listas do censo de 1831-32 (PAIVA; GODOY, 2002, p. 3). Trata-se, portanto, de uma documentação produzida em meio ao reordenamento administrativo do recente Império do Brasil².

As listas registram nomes, idade, qualidade (cor/etnia), condição social, estado civil e ocupação dos recenseados. Esses dados permitem analisar a estrutura demográfica e socioeconômica de Itabira, identificar o papel do ramo têxtil nessa configuração e traçar um perfil das mulheres nele envolvidas. Contudo, Paiva e Godoy (2010, p. 165) observaram lacunas e simplificações, sobretudo acerca da variável "ocupação" no caso das mulheres, o que evidencia a presença de estereótipos e ausências na documentação oficial e escrita sobre o espaço social e de sobrevivência feminino (DIAS, 1983). Para contornar essas limitações, este estudo também recorre a documentos cartoriais, especialmente inventários post-mortem, que oferecem indícios sobre os modos de vida das inventariadas a partir dos bens descritos.

Na análise dessas fontes, utiliza-se como ferramenta metodológica a micro-história, combinada à análise quantitativa. Essa abordagem, difundida a partir da década de 1980 por historiadores italianos como Giovanni Levi e Carlo Ginzburg, ganhou espaço em um contexto de questionamento da

¹ Na sociedade pré-industrial e escravista dos oitocentos, os domicílios eram plurifuncionais, possuíam a função de reprodução humana e produção econômica. Ver: RODARTE; PAIVA, 2011.

² Sobre o processo de reordenamento administrativo do Brasil Império, ver: SLEMIAN, 2006.

historiografia social. O estudo de Giovanni Levi (2000), *A herança imaterial*, trouxe importantes reflexões sobre as possibilidades oferecidas pela micro-história. Adotá-la permite revelar aspectos do cotidiano dos agentes históricos, articulando diferentes escalas de análise, o “macro” e o “micro”, e assim compreender singularidades dos processos sociais que passariam despercebidas em abordagens generalizantes. A articulação das fontes descritas a partir dessa metodologia, possibilita a compreensão do universo prático das trabalhadoras têxteis na dinâmica da economia mineira.

Numerosos estudos, como os de Martins (1980), Libby (1988) e Paiva (1996), apontam o dinamismo econômico de Minas Gerais durante a primeira metade do século XIX, em contraposição a interpretações como a de Furtado (1976), que defendem a involução econômica da província após o declínio da mineração. Segundo esses autores, com a redução do lucro da extração aurífera, houve um redirecionamento de recursos para atividades voltadas ao mercado interno, como a agricultura e a produção têxtil, que absorveram grande parte da mão de obra livre e escravizada. De modo que, conforme constata Macedo (2006, p. 221), ao analisar os censos de 1831-32, o ramo agrícola e o têxtil se tornaram responsáveis, em conjunto, pela ocupação de 63% da população.

Tão expressiva era a produção de fios e panos em Minas Gerais que, em 1785, foi instituído um alvará régio proibindo as manufaturas; ainda assim, a medida não conseguiu conter seu crescimento. Segundo Andrade (2012, p. 93), em 1808, ano que marca o recorte inicial deste estudo, com a vinda da corte portuguesa para o Rio de Janeiro e o fim do pacto colonial, o alvará foi revogado, de modo que a produção domiciliar têxtil continuou em expansão e fomentou a economia mineira pelo menos até a década de 1850, que delimita o recorte final deste estudo, quando a produção começa a se deslocar para as fábricas. Nesse cenário, a produção têxtil domiciliar se destacou no perfil econômico mineiro do século XIX, ocupando majoritariamente as mulheres, ao passo que o setor agrícola ocupava, em sua maioria, os homens, como evidenciam Macedo (2006) e Libby (1988).

É notável a divisão sexual do trabalho na província de Minas Gerais, o que remete à necessidade de estudar o mundo do trabalho sob uma perspectiva de gênero, considerando os estigmas de cor e as concepções de liberdade perpassadas pelo sistema escravista³ nesse contexto. As mulheres ocupadas na produção de fios e tecidos eram diversas: livres e cativas, brancas, africanas e afrodescendentes, pobres ou mesmo afortunadas. No entanto, como aponta a bibliografia consultada, a maioria era

³ A ampliação das possibilidades de alforria e do trabalho livre, que se deu de maneira heterogênea no território brasileiro ao longo do século XIX, denota a transição de uma sociedade escravista para uma sociedade com escravos. Ver: BERLIN, 2006.

composta por livres. Além disso, conforme as fontes documentais analisadas neste artigo, em Itabira predominavam as pardas. Tal característica ultrapassa os limites da região abordada, como afirma Andrade:

As antigas vilas de Minas Gerais, no final do século do apogeu minerador, e no início do século XIX, tornaram-se lugares das vivências de liberdade naquele mundo escravista, e onde se viam mais as figuras femininas, mestiças ou negras. O ambiente urbano, configurado nas rotas de rede dos caminhos, favoreceu a inserção das mulheres livres e escravas numa gama ampla de modos de “agência”: elas podiam estar ocupadas como vendeiras ou vendedoras ambulantes (negras de tabuleiro, quitandeiras), lavadeiras, cozinheiras, costureiras, fandeiras, tecedeiras, padeiras, donas dos poucos (ou das estalagens) (2012, p. 83).

Em muitos casos, essas diversas mulheres dividiam um mesmo ambiente de trabalho e, cada uma à sua maneira, exercia suas agências para resistir às condições sociais e/ou econômicas desfavoráveis. Enquanto seres sociais, elas integravam sistemas de poder, redes de dominação e laços de vizinhança em um contínuo improvisar de papéis informais, fugindo aos mitos e normas sociais acerca de uma suposta “condição feminina” (DIAS, 1983, p. 41). Sob essa ótica, busca-se compreender o universo prático das trabalhadoras têxteis, que por meio de seus ofícios, buscavam melhores condições de existência. A investigação e análise das fontes descritas permitem ultrapassar estereótipos e juízos de valor, buscando em suas entrelinhas informações que contribuam para reconstituir o processo histórico da vida social e econômica dessas mulheres.

Este artigo se estrutura a partir de uma trajetória que tem início na discussão historiográfica acerca da indústria artesanal têxtil e suas trabalhadoras no contexto de reordenamento econômico mineiro. Em seguida, apresenta-se a análise quantitativa e qualitativa das listas nominativas de 1832 e 1840, buscando compreender, sob uma perspectiva socioeconômica e demográfica, a realidade específica do termo de Itabira do Mato Dentro e evidenciar a agência feminina. Paralelamente, investiga-se o universo prático das trabalhadoras têxteis com base nas informações fornecidas tanto pelas listas nominativas quanto pela documentação cartorial. Por fim, reafirma-se a centralidade do trabalho feminino no setor têxtil, destacando seu papel no cenário regional e provincial.

Trabalhadoras mineiras e a indústria artesanal têxtil incipiente: Debates e interpretações historiográficas

Em uma sociedade hierarquizada, como o Brasil dos séculos XVIII e XIX, as mulheres eram vistas de maneira estigmatizada, sobretudo as livres e libertas, que fossem africanas ou

afrodescendentes. Elas eram marginalizadas, desprovidas de diversos direitos e vistas com desconfiança devido ao espaço social em que circulavam. No ambiente urbano, atuavam majoritariamente no pequeno comércio, em atividades de transformação como a fiação e tecelagem, além da oferta de serviços como lavadeiras e costureiras. Envolvidas nessas atividades, essenciais para o abastecimento interno e a rotina cotidiana, tais mulheres se situavam no ambiente doméstico ou circulavam pelas ruas, fontes e praças – espaços movimentados onde interagiam vizinhos, forasteiros e indivíduos em diferentes condições sociais, transitando entre os limites da escravidão e do trabalho livre (DIAS, 1995, p. 19). Ao desempenharem essas ocupações, buscavam angariar recursos para melhorar suas condições de vida ao mesmo tempo em que estabeleciam espaços de sociabilidade e laços de vizinhança.

A presença feminina nas atividades de abastecimento interno em Minas Gerais, como apontam Figueiredo (1997), Faria (2000) e Camilo (2015), sempre foi destacada. Os motivos para esse destaque são diversos, relacionados tanto à herança cultural africana quanto à influência dos padrões portugueses de divisão sexual do trabalho, transpostos ao Brasil. Conforme Faria (2000), muitos estudos apontam que, na África, especialmente em sua porção ocidental, o pequeno comércio era predominantemente feminino. Em Portugal, há evidências de que a legislação incentivava a participação das mulheres no pequeno comércio, permitindo que as mais pobres garantissem sua subsistência. No Brasil, consolidou-se uma divisão do trabalho baseada em critérios de gênero, que passou a ser cada vez mais estudada com o avanço da história social, especialmente nas pesquisas voltadas ao mundo do trabalho⁴.

Nesse sentido, não se pode subestimar a influência das relações de gênero e as significações dos papéis femininos, atravessados pelo sistema escravista, nos processos sociais, especialmente na produção material (ANDRADE, 2012, p. 82). É sob essa perspectiva que este artigo propõe uma reflexão sobre a produção têxtil amplamente difundida no século XIX, que se baseava no trabalho feminino tipicamente artesanal. Segundo Macedo (2006, p. 224), mais de 2/3 das mulheres livres estavam ocupadas nessa produção, bem como 60% das escravizadas. A autora afirma:

Ao longo do século XIX, em Minas Gerais, a produção de fios e tecidos expandiu-se consideravelmente, tornando-se uma indústria cujos trabalhadores eram tipicamente mulheres. Escravas ou não, elas eram as artesãs de seus ofícios - as “cardadeiras”, “fiandeiras”, “tecedeiras” e “tingideiras”. (MACEDO, 2006, p. 212).

⁴ Ver: POPINIGIS; SCHETTINI, 2024.

Centradas no domicílio enquanto *locus* de produção, as ocupações no ramo têxtil reuniam mulheres variadas em idade, qualidade e condição social. Embora predominassem as livres, as escravizadas também dominavam o ofício e, em muitos casos, compartilhavam o mesmo ambiente de trabalho. Essas atividades não eram restritas às mulheres pobres, pois, ainda que amplamente exercidas por elas, também estavam presentes entre as senhoras afortunadas. No entanto, proporcionavam às mulheres pobres meios de obter recursos e, em alguns casos, até mesmo de ir além da mera garantia de sobrevivência. Ademais, a produção têxtil domiciliar foi uma das mais importantes atividades de transformação em Minas Gerais, destacando-se pela absorção de mão de obra (LIBBY, 1983, p. 201). Fato esse, que ocorreu em meio ao reordenamento econômico da província durante o século XIX, o que reforça a necessidade de se analisar a agência econômica dessas trabalhadoras.

O cenário historiográfico sobre Minas Gerais, especialmente em relação ao alvorecer do século XIX, passou por mudanças significativas a partir da década de 1980. Nesse período, os historiadores buscaram refutar interpretações que caracterizavam os oitocentos como um período de involução econômica. Um exemplo notável é a análise de Furtado (1976), que baseada na teoria dos ciclos econômicos exportadores, apontou uma decadência da economia mineira após o declínio da mineração aurífera no final do século XVIII. Em contraponto a essa análise, um dos estudos mais destacados é a tese *Growing in silence* de Martins (1980), que argumenta que Minas Gerais, longe de estar em decadência, vivenciou um grande dinamismo econômico. Segundo Martins, a manutenção da população escravizada na província mesmo após a retração da extração aurífera indica a existência de um setor dinâmico interno capaz de absorver essa mão de obra, como o agrícola.

Os apontamentos de Martins suscitaram diversas interpretações sobre as particularidades da economia mineira. Entre elas, destaca-se a de Libby (1988), que chamou a atenção para o papel das atividades manufatureiras na composição desse dinâmico quadro econômico das Minas oitocentistas. Sob essa perspectiva, o autor aborda o setor têxtil:

Ainda que predominasse essa agricultura mercantil de subsistência no que iremos chamar de “economia de acomodação”, para descrever a situação de Minas oitocentista havia outro setor importante, envolvendo uma variada gama de atividades de transformação. De fato, a paisagem mineira era repleta de lares voltados para a produção doméstica de fios e panos, de oficinas artesanais de todo tipo, de pequenas e médias manufaturas e até de verdadeiras fábricas de ouro e de tecidos (1988, p.14).

Com base nos censos parciais de 1831-1840 e nos relatos de viajantes estrangeiros, Libby traça um panorama do desenvolvimento da produção de panos e fios em Minas Gerais, que segundo ele,

deixou de ser voltada apenas ao autoconsumo e se tornou uma verdadeira indústria doméstica. As condições geofísicas da região favoreceram seu isolamento, ao mesmo tempo em que possibilitaram o cultivo do algodão, o que propiciou a produção têxtil, que foi aos poucos se difundindo de modo que, na segunda metade do século XVIII, esses produtos, e também o algodão em rama, já eram comercializados na capitania de Minas Gerais. Desse modo, a produção de panos e fios não dependia de uma proximidade do cultivo algodoeiro, tanto que a atividade se expandiu amplamente durante o século XIX nas diversas porções da província de Minas.

Por meio dos mapas de população, o autor identificou um grande número de fandeiras e tecedeiras nos arrolamentos que registravam a ocupação dos indivíduos, indicando que essa atividade de transformação absorveu grande parte da mão de obra feminina da província. Tal absorção é evidenciada por uma produção anual estimada em torno de 7 440 000 metros de tecido, que somente poderia resultar de uma ampla rede doméstica/industrial, que incluía a maioria dos lares mineiros (LIBBY, 1983, p. 197). Percebe-se que tanto Libby quanto Martins, como outros estudiosos nesse cenário historiográfico, concordavam quanto ao dinamismo econômico e ao emprego da força de trabalho livre ou escravizada nas atividades em ascensão, como o ramo têxtil e suas atividades de transformação para o qual o primeiro chama a atenção.

Em concordância com esses autores, nos aspectos destacados, Paiva (1996) publicou sua tese de doutorado intitulada *População e economia nas Minas Gerais do século XIX*. Neste estudo, por meio da análise das listas nominativas de 1831-32 e outras fontes de caráter censitário, bem como, relatos de viajantes estrangeiros, a autora pontua a necessidade de pensar esses aspectos ao nível regional, uma vez que identificou por meio das fontes os contrastes e a diversidade econômica e social de Minas Gerais⁵. Desse modo, as atividades desenvolvidas, tanto no setor agrícola quanto no de transformação, variaram conforme a região da província, assim como ocorreu com a atividade minerária. Portanto, para compreender mais acerca da dinâmica econômica mineira durante os oitocentos, faz-se necessário realizar estudos ao nível regional. Sob essa premissa, este artigo busca analisar a agência feminina no setor têxtil a partir da realidade específica do termo de Itabira do Mato Dentro, utilizando, de forma semelhante, os dados das listas nominativas de 1832 e 1840, como também a documentação cartorária.

⁵ Sobre os contrastes regionais mineiros, ver: PAIVA; GODOY, 2002.

Itabira, suas mulheres e os trabalhos têxteis

A origem do povoado de Itabira, segundo Saint-Hilaire (1938, p. 235) em sua viagem de Itajuru a Itabira do Mato Dentro, data de 1720, quando os irmãos Albernaz chegaram ao território guiados pela vista de um grande pico, hoje conhecido como Pico do Cauê e já esgotado pela exploração do minério de ferro. Em contrapartida, segundo relatos do cônego Raimundo Trindade (1945, p.123), o início do povoamento data de 1705 com a chegada do Padre Manoel do Rosário e de João Teixeira Ramos, que ao verificarem a existência do ouro nas proximidades do córrego da Penha, encaminharam um requerimento para construção de uma capela em devoção à Nossa Senhora do Rosário. Posicionamento esse que indica o desejo de permanência e construção de uma comunidade no território, para além da mera exploração do ouro aluvionar.

Embora não se verifique um consenso com relação à data em que se originou o povoado, pode-se dizer que o povoamento do território de Itabira foi motivado pela possibilidade da exploração aurífera (ENGRACIA, 1898, p. 333). A exploração desse mineral movimentou a economia itabirana por vários anos, de modo que, mesmo no início do século XIX, quando a atividade minerária declinava em outras partes de Minas Gerais, ainda se expandia na região⁶. Nas palavras de Saint-Hilaire “formaram-se companhias de mineradores; e, pelos começos do século atual (XIX), as treze lavras de Conceição, Itabira e Sant’Anna estavam em pleno esplendor” (1938, p. 236). O viajante observa que, nesse momento, a população itabirana, que no início do século XIX não ia além de três mil habitantes, se elevou, em 1816, para mais de seis mil.

Conforme destaca Britto (2021, p. 99), a partir da análise das considerações feitas pelo Juiz Municipal de Itabira em resposta ao inquérito provincial de 1855, é possível identificar a existência de lavras ainda ativas e economicamente rentáveis para seus proprietários, ao menos até o início da segunda metade do século XIX. Embora alguns registros indicassem a tendência ao esgotamento em algumas lavras, outras atividades, como a fundição de ferro, mineral abundante na região, passaram a coexistir com a exploração aurífera (MAGALHÃES, 2006, p. 49). De acordo com as observações de Saint-Hilaire (1938) e as análises de pesquisadoras como Magalhães (2006) e Britto (2021), com a chegada da família real ao Brasil, em 1808, e o consequente incentivo às atividades manufatureiras,

⁶ Entende-se a região não apenas em seu aspecto geográfico ou político-administrativo, mas como um espaço historicamente construído, resultado das interações sociais, econômicas e culturais ao longo do tempo. Ver: MATTOS, 2004, p. 24.

foram estabelecidas em Itabira diversas forjas de ferro, como a forja do Girau, que em 1817, já se destacava.

Localizada na região Mineradora Central Leste,⁷ Itabira do Mato Dentro estava subordinada administrativamente à Vila de Caeté até sua desagregação, em 1833, quando foi elevada à condição de vila (ENGRACIA, 1898, p. 334). Segundo relatos de Saint - Hilaire, a paisagem da região era marcada por matas, capoeiras e campos de capim-gordura, cortadas por montes e vales irrigados por canais puros e abundantes de água, elementos fundamentais para a produção do ferro⁸ (1938, p. 233). Situada em uma região estratégica para a província mineira oitocentista, Itabira desempenhava um papel fundamental como ponto de passagem entre as principais áreas mineradoras, como Vila Rica e Mariana, e o norte de Minas, onde se destacava a produção algodoeira de Minas Novas (BRITTO, 2021, p. 30).

Sua posição geográfica, aliada à formação social urbana, favoreceu a diversificação econômica para além da agromineração, impulsionando atividades como a pecuária, a oferta de serviços – seja por jornal, aluguel ou ganho – e as atividades de transformação, especialmente do ferro e do algodão. Essas atividades ocupavam uma parcela significativa da população que, de acordo com a lista nominativa de habitantes de 1832, referente à paróquia de Nossa Senhora do Rosário de Itabira, então Termo da Vila de Caeté, totalizava 7.963 pessoas, entre homens e mulheres, livres e escravizados. A comparação desses dados com os da lista de 1840⁷, elaborada após a emancipação de Itabira como Vila, evidencia as transformações sociodemográficas ocorridas no período.

Tabela 1: Habitantes segundo o gênero e condição social, Paróquia de Nossa Senhora do Rosário de Itabira, 1832, e Vila de Itabira do Mato Dentro, 1840.

Gênero	Livres ¹	%	Escravos	%	Total
1832					
Homens	2493	48	1786	64	4279
Mulheres	2697	52	986	36	3683

⁷ Conforme a proposta de regionalização de Clotilde Paiva para as Minas Gerais oitocentistas, que se baseia na relação entre os elementos naturais, características econômicas e populacionais, a província se dividia em 18 regiões: Extremo Oriente, Vale do Alto-Médio São Francisco, Sertão, Minas Novas, Paracatu, Sertão do Alto São Francisco, Médio Baixo Rio das Velhas, Sertão do Rio Doce, Triângulo Araxá, Intermediária Pitangui-Tamanduá, Diamantina, Mineradora Central – Leste, Mineradora Central – Oeste, Mata, Sudeste, Sub-Central e Sudoeste. Cf: PAIVA, 1996.

⁸ A forma de produção do ferro existente no período necessitava de três elementos básicos: o minério de ferro, matas para gerar lenha para a forja, e fontes de água para força motriz. Ver: BRITTO, 2021, p. 51

Total	5190	100	2772	100	7962 ²
1840					
Homens	1436	49	791	66	2231
Mulheres	1473	51	412	34	1887
Total	2909	100	1203	100	4118

(1) Consideramos livres, pela lista de 1832, os indivíduos para os quais a condição não constava (caso de todos os brancos). Para 1840, reunimos nessa categoria livres e libertos.

(2) Uma mulher foi excluída por registro equivocado do escrivão.

Fonte: Arquivo Público Mineiro, Câmara Municipal de Caeté, 15, Paróquia de Nossa Senhora do Rosário de Itabira do Mato Dentro, 1832; APM, Relação Nominal dos Habitantes da Vila de Itabira, 1840. (MP – CX 08. Doc 17).

Como evidenciado na tabela 1, a maior parcela da população era masculina, reflexo do contexto em que se deu o início do povoamento local, marcado pela mineração aurífera aluvionar, mais tarde incrementada pela mineração do ferro, ambas atividades pouco favoráveis à presença feminina, sobretudo, em seu estágio inicial marcado por instabilidades. No entanto, observa-se, na década de 1830, uma baixa desproporção entre os sexos e uma tendência ao equilíbrio populacional, o que se mantém em 1840. O avanço da agromineração, aliado à posição geográfica estratégica da região, que não apenas favoreceu seu rápido crescimento demográfico, mas também impulsionou a diversificação econômica, resultou em um aumento da presença feminina.

A presença da mão de obra escravizada, conforme discutido por Martins (1980) e outros historiadores, evidencia a existência de atividades que exigiam seu emprego. No entanto, observa-se uma desproporção significativa entre o número de escravizados do sexo masculino e feminino, com predomínio dos homens, que correspondiam a 64% da escravaria em 1832 e 66% em 1840. Essa predominância masculina sugere uma maior concentração dessa mão de obra em atividades ligadas à mineração. Conforme aponta Luna (1980, p. 82), a preponderância masculina nessas atividades se deve à sua natureza árdua, que limitava a participação feminina, mas, ao mesmo tempo, ampliava suas chances de alforria. Além disso, a mão de obra escravizada, sobretudo masculina, também se ocupou na produção e transformação do ferro, que ascendeu em Itabira no início do século XIX e experimentou um crescimento significativo ao longo de suas duas primeiras décadas (BRITTO, 2021, p. 200).

Não obstante, observa-se uma população majoritariamente livre, correspondendo a 65% do total de habitantes em 1832 e 71% em 1840. Esse dado sociodemográfico pode indicar a existência de uma população livre ascendente no espaço de análise, hipótese que se relaciona às maiores possibilidades de manumissão nas regiões minerárias e urbanas, posto que os cativos desfrutavam de um grau de autonomia superior ao observado nas áreas de plantation (LUNA, 1980, p. 81). A diversidade de atividades em que os escravizados podiam se ocupar, aliada à possibilidade de dispor de parte de seu tempo para benefício próprio e à maior circulação nesses espaços urbanos, favorecia tanto o acúmulo de pecúlio quanto a formação de espaços de sociabilidade, o que poderia facilitar a obtenção da alforria. Essas possibilidades parecem ter sido ainda mais expressivas para as mulheres, como discute Faria (2000). Em Itabira, esse fenômeno possivelmente se reflete no número significativo de mulheres livres, que representavam 73% da população feminina e 52% do total de habitantes livres em 1832, e 78% e 51% em 1840.

Além da ampliação das possibilidades de obtenção da liberdade, o crescimento da população livre ao longo do século XIX também pode se dever ao lento e gradual declínio do sistema escravista e ao maior emprego da mão de obra livre em algumas regiões mineiras voltadas ao mercado interno. No entanto, a historiografia sobre o mundo do trabalho, especialmente no Sudeste, priorizou a oposição entre trabalho escravo e trabalho assalariado de imigrantes, relegando a um segundo plano o trabalho livre realizado por brasileiros.

Estudos como o de Emilia Viotti da Costa (1999), colocam que a transição para o trabalho livre ocorreu principalmente por meio da mão de obra estrangeira nas zonas cafeeiras, deixando de lado as diversas maneiras de emprego da mão de obra livre e suas particularidades nas diferentes regiões do Brasil. No entanto, esse ideal de substituição da mão de obra escravizada pela imigrante foi discutido e contraposto pela historiografia durante os anos de 1980, que a partir de novas fontes documentais e metodologias no tratamento dessas fontes, pôde captar as nuances do modo de vida, do cotidiano dos escravizados, libertos e livres de modo a compreender melhor as experiências de liberdade anteriores à abolição (BRITTO, 2021, p. 126).

No que se refere às mulheres, historiadores como Figueiredo (1997) e Faria (2000) apontam diversos fatores que conferiram a elas maiores possibilidades no acesso à liberdade. Entre eles, destaca-se sua maior capacidade de estabelecer laços afetivos com o senhorio, incluindo relações de concubinato, além de sua predominância em atividades comerciais de baixo trato e na oferta de serviços, o que lhes proporcionava ganhos financeiros e trocas sociais. A obtenção de pecúlio por meio

da prostituição, seu menor valor de mercado e a consequente maior facilidade para o pagamento da alforria também são fatores relevantes, como aborda Figueiredo (1997). No entanto, como pontua Faria (2000), é provável que a combinação desses elementos tenha sido determinante para que as mulheres tivessem maiores chances de libertação. No caso específico de Itabira, as oportunidades de inserção das mulheres em diferentes ramos de atividades no ambiente urbano se destacam como um aspecto fundamental.

Tabela 2: Distribuição das mulheres por ramo de atividade, segundo a condição social, Paróquia de Nossa Senhora do Rosário de Itabira, 1832, e Vila de Itabira do Mato Dentro, 1840.

Ramo de atividade	Livres	Escravas	Total	Livres	Escravas	Total
1832						1840
Produção têxtil/de vestimenta	1188	307	1495	648	43	691
Serviços a jornal/ganho/aluguel	80 ²	376	456	79	175	254
Agropecuária	73	27	100	50	27	77
Negócios mercantis ¹	15 ³	3	18	21	1	22
Agromineração	6	0	6	0	0	0
Mineração	9	1	10	19	1	20
Outros	2	0	2	5	0	5
Total	1373 ⁴	714 ⁵	2087 ⁶	822 ⁷	247 ⁸	1069 ⁹

(1) Trata-se de quitandeiras, negociantes e caixeiras.

(2) Há uma “lavadeira e fabricante de ferro”.

(3) Há uma “negociante e manufatura de ferro”.

(4) Não consta a ocupação de 1323 livres.

(5) Não consta a ocupação de 273 escravizadas.

(6) Uma mulher foi excluída por registro equivocado do escrivão.

(7) Não consta a ocupação de 651 livres

(8) Não consta a ocupação de 165 escravizadas.

(9) Não consta a condição de duas mulheres.

Fonte: Arquivo Público Mineiro, Câmara Municipal de Caeté, 15, Paróquia de Nossa Senhora do Rosário de Itabira do Mato Dentro, 1832; APM, Relação Nominal dos Habitantes da Vila de Itabira, 1840. (MP – CX 08. Doc 17).

A tabela 2 evidencia que as mulheres itabiranas estavam inseridas em uma ampla rede de agências, exercendo atividades em diversos ramos. No entanto, o ramo têxtil sobressai, concentrando cerca de 71% das mulheres com ocupação registrada em 1832 e 64% em 1840. Esse predomínio pode ser explicado, entre outros fatores, pela possibilidade de realizar esses trabalhos no ambiente

doméstico, o que permitia conciliá-los com os afazeres da casa e até mesmo com outras ocupações, como no ramo da agropecuária, da oferta de serviços e negócios mercantis. Esse cenário favoreceu a inserção de mulheres livres e escravizadas, sendo as primeiras predominantes, ao representarem 79% das trabalhadoras nesse ramo em 1832 e 93% em 1840, o que evidencia o crescimento da população feminina livre. Essa flexibilidade revela o caráter plurifuncional das mulheres no século XIX, que frequentemente diversificavam suas atividades para garantir a subsistência, especialmente as livres pobres, as africanas e afrodescendentes.

Anna dos Santos⁹, falecida em 1835 na Vila de Itabira do Mato Dentro, deixou um inventário que sugere essa atuação econômica diversificada. Sua herança inclui bens que indicam envolvimento tanto na produção têxtil quanto no comércio de gêneros alimentícios e mercadorias diversas. Anna possuía um descaroçador de algodão, uma roda de fiar e uma quantidade significativa de peças de vestimenta (12 vestidos bordados, nove saias, seis camisas, dois lenços, uma toalha de algodão, entre outras), indícios de que poderia atuar como fianeira, costureira e bordadeira. Além disso, em sua casa havia uma arroba e 12 libras de goiabada, três arrobas de sabão, além de caixas, latas, garrafas e botelhas, apontando para a produção de alimentos e a possível venda de molhados. Vivia apenas com o marido e um cativo, Gregório crioulo, sem filhos, o que indica que essas atividades ficasse a cargo dela mesma. Há ainda a possibilidade de que ela contasse com a ajuda de agregados em sua unidade domiciliar, algo comum na produção doméstica do século XIX, e com cativos jornaleiros quando necessário.

A oferta de serviços a jornal, ganho ou aluguel também se destacava entre as mulheres de Itabira, modalidades de trabalho características da escravidão no meio urbano (MACHADO, 2004, p. 17). Nesse contexto, as cativas desfrutavam de maior autonomia, empregando-se nessas atividades 53% delas em 1832 e 70% em 1840. Os números expressivos de cozinheiras e lavadeiras – 330 cozinheiras e 99 lavadeiras em 1832, e 135 cozinheiras e 40 lavadeiras em 1840 – reforçam esse quadro.

Embora a presença de mulheres escravizadas e livres no pequeno comércio tenha sido amplamente destacada por historiadores como Camilo (2015) em regiões mineradoras como Vila Rica e Mariana, esse fenômeno não se faz notável na região de Itabira. Identificamos apenas cinco mulheres registradas como “quitandeiras” em 1832, sendo três escravizadas e duas livres, e apenas uma cativa em 1840. Isso não significa a ausência da participação feminina na produção e venda de alimentos, já

⁹ Arquivo Público Municipal de Itabira (APMI), Itabira. Inventário de Anna dos Santos, 1835. Cx. 09.

que, sendo Itabira uma área de passagem e mineração, o abastecimento interno era essencial. No entanto, evidencia a plurifuncionalidade do trabalho feminino. Ainda que a fiação, a tecelagem e a costura predominassem entre as mulheres listadas nos arrolamentos, é provável que muitas também estivessem envolvidas na produção e comercialização de alimentos, como sugere o inventário de Anna dos Santos e também o de Dona Cândida Rosa do Espírito Santo¹⁰.

Falecida em 1839, Cândida deixou em seu inventário um tear com seus aparelhos, uma roda de fiar e um ferro de engomar, o que sugere sua atuação, possivelmente com o auxílio de sua cativa, Lucia crioula, na produção têxtil. Além desses itens, foram encontrados utensílios ligados à produção de alimentos, como tachos de cobre, balanças e caixas, bem como produtos relacionados à venda, como nove frascos e 58 garrafas, quantidade bastante expressiva. A presença de instrumentos relacionados à plantação de roça (quatro machados e enxadas) e a posse de animais indicam a participação dela ou de seu marido na agricultura e pecuária.

A agropecuária também esteve presente entre as mulheres, embora em menor número do que em outros ramos. Foram identificadas 16 “agricultoras”, uma “agricultora e criadora” e 83 “roceiras” na listagem referente à década de 1830, sendo a maioria livre. A participação feminina na pecuária foi ainda mais restrita, com apenas um registro, evidenciando o caráter predominantemente masculino dessa atividade, mais do que na agricultura, onde as mulheres tiveram alguma participação (ANDRADE, 2008, p. 158). Entre as agricultoras, predominavam viúvas, especialmente pardas, sugerindo que muitas assumiram essa função na ausência dos maridos, responsáveis pelo sustento da família, e não por uma formação prévia para o ofício (ANDRADE, 2008, p. 160). Ainda segundo o autor, entre as ocupações agropecuárias, a de “roceiro”, ligada à produção de alimentos para subsistência, tinha o menor prestígio social e, em Itabira, era a mais comum entre as mulheres, sobretudo as crioulas. Já na agromineração e na mineração, a presença feminina era escassa, limitada, em sua maioria, a viúvas.

A ocupação feminina em uma gama diversa de atividades, em diferentes ramos, ilustra a diversificação econômica da região itabirana e também demarca o aspecto plurifuncional das mulheres no mundo do trabalho. A produção têxtil, foco deste trabalho, se destaca pelo expressivo número de trabalhadoras envolvidas. Além da conciliação entre trabalho produtivo e responsabilidades domésticas, a predominância dessas atividades na região pode ser atribuída a fatores como a

¹⁰ APMI, Itabira. Inventário de Dona Cândida Rosa do Espírito Santo, 1839. Cx. 12.

independência em relação ao cultivo de algodão. A posição estratégica de Itabira, na rota do escoamento da produção algodoeira de Minas Novas, um dos principais centros produtores de algodão, conforme aponta Libby (1988, p. 196), favoreceu ainda mais a atividade, o que se reflete no grande número de fandeiras, tecedeiras e, especialmente, costureiras verificado tanto na listagem referente a 1840 quanto a 1832, que possui maior número de entradas e que analisamos a seguir.

Tabela 3: Mulheres na produção têxtil¹ por qualidade e condição social, Paróquia de Nossa Senhora do Rosário de Itabira, 1832.

Ocupações/ Condição	Parda	Crioula	Branca	Preta	Total
Costureira	508	128	97	19	752
Livres	482	89	97	2	670
Escravas	26	39	0	17	82
Fandeira	247	317	33	81	678
Livres	234	183	33	13	463
Escravas	13	134	0	68	215
Tecedeira	41	10	0	0	51
Livres	38	6	0	0	44
Escravas	3	4	0	0	7
Rendeira	5	6	0	0	11
Livres	5	3	0	0	8
Escravas	0	3	0	0	3
Tingideira	1	1	0	0	2
Livres	1	1	0	0	2
Sirigueira²	1	0	0	0	1
Livres	1	0	0	0	1
Total	803	462	130	100	1495

(1) Consideramos como produção têxtil a confecção de fios, tecidos e peças de vestimenta

(2) Trabalhadora que faz obras com fio, cordão de seda ou lã. Ver: BLUTEAU, 1789, p. 404.

Fonte: Arquivo Público Mineiro, Câmara Municipal de Caeté, 15, Paróquia de Nossa Senhora do Rosário de Itabira do Mato Dentro, 1832.

O processo artesanal de transformação do algodão em fios e tecidos tinha como etapas primordiais a fiação e a tecelagem, o que se reflete no número de fandeiras e tecedeiras em Itabira, correspondendo a 49% das ocupadas na produção têxtil. No entanto, para que as fibras pudessem ser fiadas, era necessário um preparo anterior. Após a colheita, o algodão era descaroçado, isto é, passava por um processo de limpeza para retirada das sementes e impurezas. Esse trabalho era feito manualmente com o auxílio de um descaroçador, "um aparelho constituído de dois cilindros giratórios, moendas, entre os quais passava o chumaço de algodão, deixando, de um lado, as sementes e, de outro, o algodão já sem as sementes" (MOURA, 2002, p. 18). Após o descaroçamento, as fibras brutas do algodão deviam ser cardadas. Nessa etapa, as fibras eram desembaraçadas e alinhadas para que fosse possível a fiação. Nesse processo, eram utilizados instrumentos também manuais, como as cardas de madeira com dentes de metal.

Na fiação, as fibras já alinhadas eram torcidas, formando fios. O instrumento mais utilizado era a roda de fiar e o fuso, como demonstra a imagem 1¹¹. A roda mantinha as fibras esticadas, enquanto o fuso girava, torcendo as fibras em um fio contínuo. Moura descreve o processo realizado pelas fandeiras, que consistia em pegar um pedaço de fio, enrolá-lo no carretel e passá-lo no dente mais extremo da asa, na argola e no orifício da broca. Em seguida, elas enrolavam, com as mãos, algumas fibras da pasta na extremidade do fio. Depois, colocavam a roda em movimento, mantendo o fio com a mão direita. Dessa forma, o fuso girava, torcendo o fio entre o carretel e a mão direita da fandeira, enquanto a mão esquerda esticava a pasta até onde o braço podia alcançar (MOURA, 2002, p. 19).

Imagen 1: Roda de fiar mineira, datada do século XIX.



¹¹ Trata-se de uma roca de qualidade superior, menos rústica, o que sugere a possibilidade de ter pertencido a uma mulher economicamente mais abastada.

Fonte: BRASIL, André (fotógrafo). *Roda de fiar*. Museu Regional de Caeté, 2007. Fotografia. Disponível em: <https://museuregionaldecaete.acervos.museus.gov.br/acervo/roda-de-fiar-roca-2/> . Acesso em: 27/02/2025.

Após a fiação, poderia ainda ocorrer o tingimento natural dos fios; no entanto, era mais comum a produção de panos sem coloração, o chamado “pano cru”, o que é evidenciado pela presença de apenas duas tingideiras em Itabira. Produzidos os fios, o processo mais importante que se seguia era a tecelagem, feita por meio dos teares manuais, parcialmente mecanizados, que entrelaçavam os fios. Esse processo de entrelaçamento funcionava da seguinte maneira:

Dois conjuntos de fios em ângulo reto eram necessários para formar o tecido. O primeiro conjunto chamava-se (chama-se) urdume, eram fios paralelos e bem esticados. O urdume era a base sobre o qual o tecido era constituído. O segundo conjunto formava a trama. Os fios da trama eram passados continuamente de forma transversal acima e abaixo dos fios do urdume, formando assim um tecido. (MOURA, 2002, p. 20).

Com base nessa estrutura técnica predominantemente artesanal, a produção de tecidos demandava uma grande quantidade de fios para abastecer os teares, o que resultava em uma necessidade significativamente maior de mão de obra na fiação (MACEDO, 2006, p. 224). Esse fator explica a discrepância numérica entre fandeiras e tecedeiras: enquanto a fiação contava com 678 trabalhadoras, a tecelagem empregava apenas 51. Além disso, a maior exigência de mão de obra na fiação contribuiu para um maior emprego de trabalhadoras cativas nessa etapa, representando cerca de 32% do total, em contraste com a tecelagem, onde 86% da força de trabalho era composta por mulheres livres e apenas 14% por cativas. Um exemplo que ilustra essa dinâmica é o caso de Dona Maria Joana¹², residente no distrito de Santa Anna do Alfié, falecida em 1827. Em seu inventário, foram listadas duas escravizadas, Rosa e Rita crioulas, além de duas rodas de fiar. É plausível supor que essas cativas estivessem envolvidas na fiação do algodão, operando as rodas de fiar para produzir os fios necessários à confecção de tecidos, destinados à demanda interna, ou mesmo comercial.

Destaca-se ainda a expressiva presença de mulheres crioulas na fiação, que representavam quase metade das trabalhadoras, com uma distribuição equilibrada entre livres e cativas. Esse fenômeno se explica pelo fato de a maioria das mulheres escravizadas em Itabira serem crioulas, compondo 63% da população cativa feminina, enquanto as pretas e pardas compunham respectivamente 28% e 9%. Esses dados destacam que embora a presença de uma economia diversificada em Minas Gerais tenha permitido a manutenção e aumento da mão de obra escravizada,

¹² APMI, Itabira. Inventário de Dona Maria Joana, 1827. Cx. 04.

inclusive via tráfico, no século XIX, o processo de crioulização da população também foi intensificado, como aponta Bergad (2004). O baixo número de mulheres pretas, entre a população escravizada feminina, também pode ser um reflexo da maior importação de escravizados do sexo masculino destinados à mineração, como já observado nesse trabalho.

É notável a expressiva participação de mulheres crioulas na produção de tecidos de renda, representando cerca de 54% das trabalhadoras ocupadas nessa atividade e superando numericamente as pardas. A confecção de rendas no século XIX envolvia distintas técnicas manuais, como o uso da agulha, em processos semelhantes ao bordado e ao crochê, ou o emprego de bilros, instrumentos utilizados na tecelagem da renda (FELIPPI; RÜTHSCHLLNG; PERRY, 2018, p. 324). No entanto, entre a documentação analisada neste trabalho, não há indícios que permitam identificar a técnica utilizada pelas rendeiras itabiranas, exigindo um aprofundamento investigativo sobre o tema. De todo modo, a complexidade envolvida na produção da renda, a depender da técnica adotada, poderia ser consideravelmente maior em comparação a outros tipos de manufatura têxtil, o que também elevava o custo do produto final. Além disso, por se tratar de um ornamento, a renda possuía menor funcionalidade no cotidiano, o que pode justificar o número reduzido de rendeiras na região.

Após a fiação, a costura era a atividade que mais empregava mulheres em Itabira, abrangendo 50% das trabalhadoras com ocupação registrada. Assim como outras atividades dentro da produção têxtil, os trabalhos de agulha, como a costura e o bordado, eram tradicionalmente considerados femininos e associados aos afazeres domésticos. Em uma época em que as roupas prontas eram inacessíveis para grande parte da população, a confecção das roupas da família recaía sobre as mulheres da casa, fossem elas livres ou escravizadas. No entanto, especialmente para as mulheres livres e libertas, a costura também representava um meio de subsistência. Além de costurar roupas para a própria família, essas mulheres podiam fazer "costuras para fora", oferecendo serviços de reparo ou confeccionando peças de vestimenta para comercialização, ampliando, assim, suas possibilidades econômicas.

Em Itabira, a disponibilidade de fios e tecidos produzidos na própria região, cujo custo era significativamente inferior ao dos materiais importados, aliada ao crescimento gradual da população urbana impulsionado pela agromineração, que promovia intensa circulação de pessoas e, consequentemente, aumentava a demanda por roupas, favorecia a expansão desse ofício. Além disso, diferentemente da fiação e da tecelagem, os trabalhos de agulha exigiam uma infraestrutura mínima e instrumentos de trabalho mais simples e acessíveis, o que também viabilizou a ampla absorção da mão

de obra feminina, majoritariamente composta por trabalhadoras livres (cerca de 89%) e pardas (aproximadamente 68%).

Torna-se evidente que, como parte das relações de trabalho no mundo dos livres, a produção têxtil e de vestimenta, bem como suas técnicas, foi amplamente dominada pelas mulheres. Esse domínio remonta a tempos antigos. Conforme Sennett (2009, p. 33), a tecelagem, por exemplo, era uma atividade desempenhada por mulheres desde os períodos mais primitivos, de modo que, no período clássico, as produtoras têxteis possuíam grande prestígio na vida pública. No entanto, o autor aponta que, com o advento da ciência clássica, que contribuiu para a definição de habilidades conforme critérios de gênero, os ofícios e artifícies ligados à esfera doméstica, ao mundo privado, passaram a ocupar um outro lugar social, de maneira que apenas os homens eram considerados “artesãos” de seus ofícios. Assim, já na Idade Média, a produção têxtil continuava sendo atribuída às mulheres, ainda que não fosse acompanhada de prestígio social.

Sennett (2009, pp. 71-72) observa que, em suas origens, a Igreja considerava o tempo livre uma forma de tentação e o lazer, um convite à indolência. Esse temor se aplicava especialmente às mulheres, em razão do mito do pecado original, uma vez que Eva encarnava a tentação, desviando o homem do trabalho. Por esse motivo, os patriarcas da Igreja acreditavam que as mulheres eram propensas à licenciosidade sexual caso não tivessem algo para ocupar as mãos. Assim, a produção artesanal ligada aos fios servia para combater essa suposta tentação feminina, tornando-se também uma forma de honra associada à negação do desejo sexual. Ainda assim, as mulheres não eram aceitas pelos homens nas oficinas artesanais.

A despeito desse lugar social historicamente marginalizado, os saberes têxteis pertencem às mulheres, que os repassam e perpetuam por meio da oralidade e do aprendizado prático. Em sociedades pouco letradas, como a Itabira do século XIX, a tradição oral possuía grande valor, especialmente na pedagogia artesã, associando-se ao processo de “aprender fazendo”, como aponta Alvares (2019). Desde a infância, meninas acompanhavam suas mães, avós ou outras mulheres presentes no ambiente doméstico no desempenho das tarefas de fiação, tecelagem e costura, absorvendo técnicas e conhecimentos que garantiam não apenas a preservação desses ofícios, mas também a possibilidade de sustento próprio no futuro, o que pode ser observado na Tabela 4.

Tabela 4: Mulheres na produção têxtil por idade e condição social, Paróquia de Nossa Senhora do Rosário de Itabira, 1832.

Ocupações/ Condição	9 a 14	15 a 45	46 a 65	+ 65	Total
Costureira	106	564	73	9	752
Livres	89	500	72	9	670
Escravas	17	64	1	0	82
Fiandeira	151	408	107	12	678
Livres	110	249	95	9	463
Escravas	41	159	12	3	215
Tecedeira	0	40	11	0	51
Livres	0	34	10	0	44
Escravas	0	6	1	0	7
Rendeira	1	6	4	0	11
Livres	1	3	4	0	8
Escravas	0	3	0	0	3
Tingideira	0	1	0	1	2
Livres	0	1	0	1	2
Sirigueira	0	0	0	1	1
Livres	0	0	0	1	1
Total	258	1019	195	23	1495

Fonte: Arquivo Público Mineiro, Câmara Municipal de Caeté, 15, Paróquia de Nossa Senhora do Rosário de Itabira do Mato Dentro, 1832.

Nota-se, entre as costureiras e, ainda mais, entre as fiaudeiras, um número expressivo de meninas na faixa etária de 9 a 14 anos, o que indica que o aprendizado por meio da prática se iniciava na infância¹³. A título de exemplo, pode-se citar a situação de Claudina Justiniana da Trindade¹⁴, costureira de 35 anos, chefe de domicílio, parda e, possivelmente, livre. Viúva, Claudina residia com seus cinco filhos menores, entre eles Maria, de apenas 10 anos, arrolada como fiaudeira. É provável

¹³ Identificamos, na lista de 1832, que a aprendizagem dos ofícios têxteis começava por volta dos nove anos, tanto para livres quanto para escravizadas. Contudo, a variável idade pode apresentar ambiguidades, devido à tendência dos recenseadores e declarantes de arredondar as idades, concentrando-se em números com determinadas terminações, além da dificuldade em determinar a idade exata, sobretudo de cativos. Ver: NOZOE; COSTA, 1991.

¹⁴ APM, Câmara Municipal de Caeté, 15, Paróquia de Nossa Senhora do Rosário de Itabira do Mato Dentro, 1832.

que Claudina também dominasse o ofício de fiar e o tivesse transmitido à filha e, dada a ausência do marido e a necessidade de obter meios de sustento, tivesse utilizado sua mão de obra para a produção de fios para suprir os teares de outras unidades produtivas.

De maneira semelhante, essa dinâmica pode ser observada no caso de Joanna Francisca de Andrade¹⁵, costureira de 38 anos, chefe de domicílio, crioula e livre. Viúva, Joanna residia com três homens livres e solteiros, muito provavelmente seus filhos: Luiz, João e Francisco Nunes, todos crioulos, com idades de 23, 22 e 13 anos, respectivamente. Os dois mais velhos trabalhavam como alfaiates, enquanto o mais novo exercia o ofício de ferreiro, indicando uma família de trabalhadores na qual a transmissão de conhecimentos técnicos ligados à produção têxtil dentro da unidade familiar não se restringia apenas às mulheres, mas poderia se estender também aos homens. Além dos filhos, Joanna era dona de duas escravizadas: Luzia Benguela, de 25 anos, e Florencia, de 10 anos, possivelmente mãe e filha. Luzia era cozinheira, enquanto Florencia já aparecia como fandeira. Supomos que não foi com a mãe que Florencia aprendeu tal ofício, demonstrando que a transmissão dos saberes têxteis se fazia no convívio com outras mulheres.

Essa realidade, no entanto, era menos comum na tecelagem, que não contava com mão de obra menor de 15 anos, possivelmente devido à maior complexidade técnica envolvida na produção de tecidos. Dessa forma, as tecedeiras se concentravam majoritariamente na faixa etária dos 15 aos 45 anos, que correspondia a 78% da mão de obra empregada nessa atividade. Esse padrão se repetia em todas as ocupações ligadas à produção têxtil, pois essa faixa etária, considerada a idade produtiva, reunia a maior parte das trabalhadoras, tanto livres quanto escravizadas, somando 68% do total da força de trabalho nesse ramo.

Já entre as mulheres com idades entre 46 e 65 anos, ainda se observa um número considerável de trabalhadoras, especialmente na costura e na fiação, embora com uma redução visível da mão de obra escravizada, em razão da menor expectativa de vida das cativas. Acima dos 65 anos, a presença de trabalhadoras escravizadas é quase inexistente, exceto na fiação, que ainda conta com três mulheres cativas, evidenciando a alta demanda por mão de obra nesse segmento.

Independentemente da idade, o aprendizado de um ofício poderia garantir às mulheres maior autonomia e a melhoria de suas condições de existência. Todavia, essas possibilidades eram maiores ou menores, a depender de sua qualidade e condição social. Ao refletir sobre as vivências de liberdade

¹⁵ APM, Câmara Municipal de Caeté, 15, Paróquia de Nossa Senhora do Rosário de Itabira do Mato Dentro, 1832.

no Sudeste escravista e analisar uma vasta documentação, como os processos criminais e cíveis do tribunal do Rio de Janeiro, Castro (1998) percebeu como essas vivências eram atravessadas pela hierarquização racial. Nos processos, a autora verificou que todas as testemunhas nascidas livres eram qualificadas como brancas ou pardas, ao passo que os termos crioulo e preto eram reservados aos cativos e recentemente alforriados. Desse modo, o termo pardo não era utilizado apenas como referência a uma tonalidade de pele mais clara do descendente africano, mas também como uma forma de diferenciação social.

A maneira como esses termos eram empregados a partir da condição social reforçava, segundo Castro, a associação da liberdade como um atributo dos brancos e da escravidão como uma condição dos negros, relegando aos pardos um lugar de exceção controlada, uma inserção social intermediária. Assim, a classificação de pardo demonstrava a relação entre as categorias racial e social no mundo escravista, observada pelo menos até a primeira metade do século XIX. Sob essa ótica, para que os descendentes de africanos livres fossem reconhecidos como pardos, era necessária a legitimação social de sua liberdade perante a comunidade em que viviam. Nesse contexto, nota-se que as possibilidades de mobilidade social dentro do sistema escravista eram limitadas pela cor da pele. Uma dessas formas de legitimação social da liberdade era a possibilidade de "viver de" algum ofício ou ocupação. Como destaca Castro:

...Enquanto os escravos estavam associados a algum tipo de “serviço” (“serviço de roça”, “serviço de carpinteiro”), os homens livres “viviam de” alguma coisa. Em geral “de seus bens e lavouras” mas também “de seu jornal”, “de seu ofício de carpinteiro” ou simplesmente “de agências”. De fato, está-se frequentemente diante de não brancos e de não proprietários. Mas, ao registrar-se com precisão a cor, toda vez que se interrogava um negro ou um pardo, tornava-se necessário especificar sua condição de livre ou liberto, como a se explicar a exceção. Do mesmo modo, a universalização do “viver de” negava na forma o que frequentemente se estava a afirmar no conteúdo. Nos processos considerados, o homem livre “vive sobre si”, expressão sempre usada nas Ações de Liberdade, identificando como livres aqueles que “vivem de seus bens e lavouras” e os que “vivem de seu jornal” e opondo-os aos cativos que, antes de tudo, “servem” a alguém. (1998, p. 45).

A partir dessas concepções, é possível compreender o expressivo número de trabalhadoras livres e pardas identificadas na produção têxtil em Itabira, que buscavam, por meio desse trabalho, tanto experienciar a liberdade quanto obter recursos para se manter no mundo dos livres, afastando-se do passado cativo do qual descendiam e que carregavam na cor da pele. Percebe-se também que o engajamento em ocupações têxteis podia representar, para as escravizadas, uma forma de diferenciação social, ao passo que a especialização do trabalho não era comum a toda a população escravizada. Além

disso, essa participação permitia a possibilidade de se afastar do mundo da escravidão e vislumbrar uma vida em liberdade, ao conviver com trabalhadoras livres (BRITTO, 2021, p. 270).

Nessa convivência laboral, a autoridade senhorial também poderia estar presente, compartilhando da mesma ocupação que suas escravizadas, uma vez que, como pontuado por Libby (1988), essa era uma situação comum na produção doméstica têxtil. Tal dinâmica pôde ser verificada na unidade produtiva de Joanna Francisca de Andrade, costureira e mulher livre, da qual fazia parte a cativa Florência, que atuava na produção de fios.

A proximidade proporcionada pelo trabalho poderia resultar no estreitamento de laços entre senhora e escravizada, criando uma relação de afetividade que, para Florência, poderia aumentar suas chances de alforria ao longo da vida. Além disso, essa convivência também ampliava suas possibilidades de adquirir recursos financeiros por meio da fiação, proporcionando-lhe meios para se manter como liberta e se inserir socialmente, legitimando sua liberdade.

Percebe-se que o aprendizado e a prática dos ofícios têxteis desempenharam um papel fundamental na construção da autonomia e na inserção social das mulheres livres, libertas e também escravizadas em Itabira e seu termo, cada uma com particularidades ligadas à cor e à condição social. Desde a infância, muitas delas eram iniciadas na fiação e na costura, o que não apenas assegurava a continuidade da produção doméstica, mas também criava oportunidades de sustento e certa mobilidade social. A transmissão desses saberes ocorria majoritariamente no ambiente familiar e/ou doméstico, envolvendo relações de trabalho entre cativas e livres. Ademais, a presença significativa de mulheres de diferentes faixas etárias na produção têxtil evidencia a centralidade dessas atividades no cotidiano e na economia itabirana.

Considerações finais

Este estudo analisou o trabalho feminino na produção têxtil domiciliar em Itabira do Mato Dentro e seu termo, inserido no contexto mais amplo da economia mineira do século XIX. A pesquisa teve como objetivo compreender como mulheres livres, libertas e, em menor número, escravizadas, se inseriram nesse ramo, bem como a importância social e econômica dessas ocupações e seu universo prático. Esse tema se mostrou relevante por revelar dinâmicas pouco exploradas pela historiografia tradicional, que frequentemente marginalizou a atuação das mulheres no mundo do trabalho e negligenciou a importância econômica e social da produção artesanal e doméstica.

Os resultados demonstram que a economia de Itabira era caracterizada por uma significativa diversificação de atividades, na qual a população feminina desempenhava papéis fundamentais. Além da agricultura e da mineração do ouro e do ferro – este último, ainda hoje expressivo na região –, as manufaturas têxteis se destacavam pela ampla absorção de mão de obra, reunindo mulheres de diferentes qualidades e condições sociais. No entanto, predominavam as mulheres livres e pardas, o que evidencia que essas ocupações eram parte dos tratos de trabalho no mundo dos livres. Para muitas delas, a prática desses ofícios não apenas possibilitava a vivência e legitimação da liberdade, mas também representava um meio de angariar recursos para a melhoria de suas condições de existência.

Referências

Fontes primárias

Arquivo Público Municipal de Itabira

APMI, Itabira. Inventário de Anna dos Santos, 1835. Cx. 09.

APMI, Itabira. Inventário de Dona Cândida Rosa do Espírito Santo, 1839. Cx. 12.

APMI, Itabira. Inventário de Dona Maria Joana, 1827. Cx. 04.

Arquivo Público Mineiro

APM, Câmara Municipal de Caeté, 15, Paróquia de Nossa Senhora do Rosário de Itabira do Mato Dentro, 1832.

APM, Relação Nominal dos Habitantes da Vila de Itabira, 1840. (MP – CX 08. Doc 17)

Bibliografia

ALVARES, Sonia Carbonell. A pedagogia artesã como práxis educativa em culturas populares tradicionais. **Educação e Pesquisa**, v. 45, p. e186330, 2019.

ANDRADE, Francisco Eduardo de. **Entre a roça e o engenho:** roceiros e fazendeiros em Minas Gerais na primeira metade do século XIX. Editora UFV, 2008.

ANDRADE, Francisco Eduardo de. O regime da casa, produtos da rua: trabalhos femininos das oficinas têxteis de Minas Gerais. In: DA COSTA, Everaldo Batista; BRUSADIN, Leandro Benedini; DO CARMO PIRES, Maria (org.). **Valor patrimonial e turismo:** limiar entre história, território e poder. São Paulo: Outras Expressões, 2012. p. 81-99.

BERGAD, Laird W. **Escravidão e história econômica:** demografia de Minas Gerais, 1720-1888. Edusc, 2004.

BERLIN, Ira. **Gerações de cativeiro:** uma história da escravidão nos Estados Unidos. Rio de Janeiro, Record, 2006.

BRITTO, Maura Silveira Gonçalves de. **Com luz de ferreiro**. Páginas Editora, 2021.

CAMILO, Débora Cristina Gonzaga. **As donas da rua**: comerciantes de descendência africana em Vila Rica e Mariana (1720-1800). 2015.

CASTRO, Hebe Maria da Costa Mattos. **Das cores do silêncio**: os significados da liberdade no sudeste escravista. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

COSTA, Emilia Viotti da. **Da Senzala à Colônia**, São Paulo: Unesp, 1999.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Mulheres sem História. **Revista de História**, São Paulo, n. 114, p. 31-45, 1983.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX**. 1995.

ENGRACIA, Julio. Chorografia Mineira: município e comarca de Itabira. Ouro Preto: **Revista do Arquivo Público Mineiro**, 1898, v.3.

FARIA, Sheila de Castro. Mulheres forras-riqueza e estigma social. **Tempo**, n. 9, p. 65-92, 2000.

FELIPPI, Vera; RÜTHSCHLLNG, Evelise Anicet; PERRY, Gabriela. Rendas: desvendando e revelando a coleção de rendas do Museu Moda e Têxtil UFRGS. **Patrimônio e Memória**, v. 14, n. 1, p. 319-339, 2018.

FIGUEIREDO, Luciano. Mulheres nas minas gerais. In: DEL PRIORE, Mary (org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1997, p. 149- 150.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Nacional, 1976.

GODOY, Marcelo Magalhães; PAIVA, Clotilde Andrade. Um estudo da qualidade da informação censitária em listas nominativas e uma aproximação da estrutura ocupacional da província de Minas Gerais. **Revista brasileira de Estudos de População**, v. 27, p. 161-191, 2010.

LEVI, Giovanni. **A herança imaterial**: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

LIBBY, Douglas Cole. **Transformação e trabalho**: Em uma economia escravista: Minas Gerais no século XIX. São Paulo: Brasiliense, 1988.

LUNA, Francisco Vidal. **Minas Gerais**: escravos e senhores. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1980.

MACHADO, Maria Helena P. T. Sendo Cativo nas Ruas: a Escravidão Urbana na Cidade de São Paulo. In: Paula Porta (Org.). **História da Cidade de São Paulo**: A Cidade no Império, 1823-1889. São Paulo: Paz e Terra, p. 59-99, 2004.

MACEDO, Concessa Vaz de. A indústria têxtil, suas trabalhadoras e os censos da população de Minas Gerais do século XIX: uma reavaliação. **Varia História**, v. 22, n. 35, p. 207-232, jan./jun. 2006.

MAGALHÃES, Cristiane Maria. **Mundos do capital e do trabalho**: a construção da paisagem fabril itabirana (1874-1930). Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.

MARTINS, Roberto Borges. **Growing in silence**: the slave economy of nineteenth-century Minas Gerais, Brazil. Tese (Doutorado) - Vanderbilt University, Nashville, 1980.

MOURA, Marcelo Duarte. A indústria artesanal de tecidos em Minas Gerais na 1ª metade do século XIX. In: **Anais do X Seminário sobre a Economia Mineira [Proceedings of the 10th Seminar on the Economy of Minas Gerais]**. Cedeplar, Universidade Federal de Minas Gerais, 2002.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. **O tempo saquarema: a formação do Estado imperial**. Hucitec, 2004.

NOZOE, Nelson Hideiki; COSTA, I. del N. Achegas para a qualificação das Listas Nominativas. **Estudos Econômicos**, v. 21, n. 2, p. 271-84, 1991.

PAIVA, Clotilde Andrade. **População e Economia nas Minas Gerais do Século XIX**. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

PAIVA, Clotilde Andrade; GODOY, Marcelo Magalhães. Território de contrastes: economia e sociedade das Minas Gerais do século XIX. **Seminário Sobre a Economia Mineira**, v. 10, p. 1-45, 2002.

POPINIGIS, Fabiane; SCHETTINI, Cristiana. História Social do Trabalho e perspectiva de gênero no Brasil. **Almanack**, n. 38, p. ef00624, 2024.

RODARTE, Mario Marcos Sampaio; PAIVA, Clotilde Andrade. Domicílios enquanto unidades de produção e reprodução: a família na Minas Gerais oitocentista. In: **IX Congresso Brasileiro de História Econômica e 10ª Conferência Internacional de História de Empresas. 2011**.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais**. Brasiliiana, 1938.

SENNETT, Richard. **O artífice**. Rio de Janeiro: Record, 2009.

SILVA, Antônio de Moraes *et al.* **Diccionario da lingua portugueza composto pelo padre D. Rafael Bluteau, reformado, e accrescentado por Antonio de Moraes Silva natural do Rio de Janeiro (Volume 2: L-Z)**. 1789.

SLEMIAN, Andréa. **Sob o império das leis**: constituição e unidade nacional na formação do Brasil (1822-1834). 2006. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-13072007-114942/>. Acesso em: 03 mar. 2025.

TRINDADE, Raimundo. **Instituição de Igrejas no Bispado de Mariana**. Rio de Janeiro: MES, 1945.